

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO DEZOITO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 10 DE DEZEMBRO DE 2016**

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Tarouca, e Auditório Municipal Adácio Pestana, teve lugar a décima oitava sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supramencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Paulo Jorge Dias Pereira; José Manuel de Andrade Oliveira; Manuel Leite dos Santos e Teresa Alexandra Carvalho Silva.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Domingos dos Santos Rodrigues; João Manuel Santos Félix; Adriano Santos Ferreira, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira em substituição de Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não compareceram os seguintes membros: Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Liliana Matias Soares; e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Afonso Manuel Batista Dias e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido o Senhor Vereador José António Amaro Nunes.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigindo-se ao público, presente em grande número, disse que a realização da sessão no Auditório Municipal, uma vez por ano, tem como objetivo abrir as portas a todos os cidadãos, para que a grande máxima que defende "Todos Somos

Capazes", seja uma realidade, pois entende que conhecendo, vivenciando e percebendo todos serão capazes de participar na construção do futuro.

Manifestou a sua satisfação por ver no público tantos jovens, tendo informado que, como foi divulgado, no intervalo teremos a cerimónia de entrega dos prémios e dos certificados de participação dos jogos florais.

Referiu a importância das pessoas empenhadas em promover mudança no seu concelho e de construir futuro, e por isso cumprimentou todos os cidadãos presentes, quer os que estão no público, quer os que exercem funções políticas. Explicou que está presente a Câmara Municipal, que é o órgão executivo, e que é composto por cinco elementos e o órgão deliberativo composto por quinze membros eleitos diretamente e por sete presidentes de junta de freguesia, que tem como função genérica o acompanhamento e a fiscalização do trabalho do órgão Executivo, mas também a aprovação dos principais documentos, para que o Executivo possa levar a cabo as suas atividades.

Continuou informando que na primeira parte vão intervir os membros da Assembleia acerca de assuntos genéricos, que entendem relevantes para o Concelho, e em seguida irá ser apresentado e discutido o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e dezassete.

Referiu que, por vezes, não é muito agradável para quem está desse lado ouvir durante muito tempo as intervenções, contudo pediu paciência, porque certamente os mais novos ficarão marcados por assistir a esta sessão pública deste órgão.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos presentes, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata nº 17 da sessão ordinária de 30.09.2016;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Discussão e votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal, das medidas de orientação da execução orçamental e do mapa de pessoal para o ano de 2017;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

2. Discussão e votação do pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo até ao montante de € 400.000,00, no período de vigência do orçamento para 2017;
3. Discussão e votação do 12º relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro;
4. Discussão e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em 2018, referente aos rendimentos de 2017;
5. Apreciação e votação da proposta de 2ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às GOP para 2016;
6. Discussão e votação do aditamento ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Tarouca;
7. Discussão e votação do acordo de transação celebrado com a sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.", posteriormente objeto de cessão de créditos a favor da "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, C.R.L." e da "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L." - Alteração dos encargos previstos para os anos 2017 e seguintes;
8. Discussão e votação da proposta de autorização prévia, para celebrar com a sociedade "Águas do Norte, S.A." um acordo de pagamentos da dívida proveniente do serviço de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais até ao montante de € 311 401,85;
9. Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação reportada a 25.11.2016;
10. Designação de 4 pessoas de entre cidadãos eleitores para integrarem a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Tarouca;
11. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

♦ PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 17 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30.09.2016**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número dezassete da sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número dezassete da sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e dezasseis, a qual foi aprovada por maioria de dezasseis votos a favor e três abstenções dos membros Rui Manuel Costa Pereira, João Manuel Santos Félix e Adriano Santos Ferreira por não terem estado presentes naquela sessão.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:
CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se encontra disponível para consulta a correspondência recebida, tendo destacado a seguinte:

- Convite da Câmara Municipal para a Exposição de Pintura "A Vida de S. Bento", de Frei Paulino Luís de Castro;
- Santa Casa da Misericórdia de Tarouca - convite para o 30º aniversário do Lar de Idosos e Centro de Dia, felicitando o Senhor Provedor por toda a atividade;
- Agrupamento de Escolas de Tarouca - Convite para a Comemoração do Dia Eco Escolas;
- Associação Sócio-Cultural de São João de Tarouca - convite para o Magusto/convívio, no qual esteve presente e que foi um evento muito bonito e para o Almoço/Convívio de Natal;
- Comissão da Proteção de Crianças e Jovens - convite para o Dia Internacional da Convenção dos Direitos das Crianças, que foi um dia extraordinário;
- Inovterra - Associação para o Desenvolvimento Local - convite para participar como orador nas Jornadas Técnicas da Cultura do Sabugueiro, no qual não lhe foi possível estar presente por compromissos assumidos anteriormente;
- Conselho Económico da Paróquia de S. Pedro de Tarouca - convite para a inauguração do Centro Paroquial Santa Helena da Cruz, o qual foi um dia memorável com a inauguração de uma infraestrutura fantástica, sendo um investimento muito importante para a Paróquia;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca - convite para a cerimónia do 42º aniversário da Associação, Felicitou a Instituição, tendo cumprimentado um dos seus fundadores, Senhor António Borges, presente nesta sessão;
- Associação Flor do Sabugueiro - convite para o jantar de Natal;
- Museu Diocesano de Lamego - Inauguração da Exposição "Crianças Cáritas";
- Assembleia Distrital de Viseu - convocatória para uma reunião extraordinária, órgão que foi esvaziado de funções, porque todas as competências passaram para a CIM Dão Lafões, mas que ainda não foi formalizado;
- Convite Agrupamento de Escolas de Tarouca - Festa de Natal.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Referiu que foram apresentadas justificações de falta pelos seguintes membros: - Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Líliliana Matias Soares; e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa, as quais serão arquivadas sob os números vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis, respetivamente, no maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Verificando-se que não se encontra presente o Senhor Vereador José António Amaro Nunes e que não apresentou qualquer justificação, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, mais uma vez, que procure perceber porque não vem aquele Senhor Vereador às sessões da Assembleia Municipal.

Passou-se de seguida ao

1º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se para intervir no primeiro momento do período de intervenção do público os seguintes cidadãos: Joaquim Teixeira Borges e Serafim Silva Ferreira.

- **Joaquim Teixeira Borges** - Agradeceu a oportunidade que dão aos cidadãos de intervirem.

Manifestou a sua preocupação em relação à limpeza dos muros de terrenos privados da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares que confinam com a via pública, tendo pedido que lhe informem de quem é a responsabilidade da limpeza dos mesmos, se é da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia ou se têm de se deslocar à GNR.

Disse ainda que já se dirigiu à Câmara Municipal sobre o assunto, onde uma Técnica lhe informou que isso nada tinha a ver com aquela Autarquia.

Concluiu agradecendo aos membros das Juntas de Freguesia que acederam ao seu pedido de colaboração para o reconhecimento a prestar aos ex-combatentes do Concelho, lembrando aos membros que não o aceitaram fazer, que os eleitos para as juntas de freguesia estão ao serviço do povo.

- **Serafim Silva Ferreira** - Disse que se começa a notar que o Governo quer fazer justiça e repor as freguesias que foram extintas ou anexadas a outras. Por isso, apelou para que todas as autoridades do Concelho aqui representadas se unam e façam força para repor as dez freguesias do Concelho.

Solicitou que seja feita justiça, porque na altura lhe parece que se deixou correr o assunto sem grande luta, mas agora devem manter-se atentos e diligenciar em conjunto com o povo, no sentido de reporem as três freguesias que foram anexadas, as quais têm uma grande história, pois dessa forma o Concelho ficará mais enriquecido, não devendo haver medo de se defender o que por justiça pertence ao Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou os cidadãos que acabaram de intervir e quanto à reposição das freguesias, disse que para ele, como Presidente da Assembleia, o Concelho continua a ter dez freguesias e por

isso quando houver essa oportunidade será reposta essa situação, esperando que um dia possam legalmente ter as dez freguesias de novo.

Deu de seguida a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes e agradecer ao público pela sua participação.

Ao Senhor Joaquim Teixeira Borges explicou que a limpeza de muros que confinam com a via pública são da responsabilidade dos particulares, apesar desse facto, pontualmente, em locais que são de maior incomodo para a via publica, a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal acabam por optar por tratar do assunto.

Por isso, pede que quando houver casos que necessitem de intervenção sejam comunicados à Câmara Municipal ou à Junta de Freguesia para serem resolvidos.

Ao Senhor Serafim Silva Ferreira disse que, na altura da reorganização administrativa, ficou indignado com a notícia e apesar de ainda não ter pelouros, tudo fizeram para não aceitar a decisão, contudo não tiveram sucesso. Apenas houve um senão na altura, para o qual chamaram a atenção, pois se houvesse um entendimento local não seriam três freguesias anexadas, mas só duas. Contudo, não seria uma decisão fácil e se lhe perguntassem como teria procedido na altura se fosse Executivo, também não sabe como teria procedido.

Disse ainda que se o atual Governo entender repor as freguesias, o Município estará disponível para colaborar.

Passou-se de seguida à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Dirigindo-se ao Senhor Joaquim Teixeira Borges, disse que, quando os muros de terrenos privados estão com vegetação, cumpre aos seus proprietários limpá-los. Contudo, quando isso não se verifica, a Junta de Freguesia tem feito esse trabalho, para evitarem a aplicação de coimas violentas por parte das autoridades legais a esses particulares. Efetivamente, há muitas pessoas com terrenos na Freguesia que aqui não residem, cuja manutenção lhes fica muito dispendiosa e, por isso, a Junta de Freguesia vai resolvendo esses problemas.

Ao Senhor Serafim Silva Ferreira esclareceu que, aquando da reorganização administrativa todos estiveram juntos, e foram sempre unânimes no sentido de evitarem a agregação das freguesias, mas não conseguiram ser ouvidos.

Quanto à inauguração do Centro Paroquial Santa Helena da Cruz, disse que efetivamente foi um evento muito interessante, porque se tratou da inauguração de uma obra de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

grande dimensão que foi conseguida realizar em tempos financeiros extremamente difíceis, o que a torna ainda mais valiosa. Manifestou o seu reconhecimento ao Senhor Padre Carlos Lopes, por todo o seu trabalho e esforço para a concretização duma obra daquela envergadura.

Concluiu perguntando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se a dívida do Município aumentou ou diminuiu desde que tomaram posse, uma vez que todos conhecem bem as dificuldades financeiras que o Executivo tem enfrentado.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Quanto à reorganização administrativa, disse que, na altura, não integrava a Assembleia Municipal, mas soube que todos foram unânimes na luta contra a agregação das freguesias, por isso, se o Governo der a possibilidade de ser revertido o processo, julga que também todos estarão unânimes no sentido de Tarouca voltar a ter as dez freguesias.

Relativamente à inauguração do Centro Paroquial Santa Helena da Cruz, disse que numa altura em que se diz por aí que não se faz obra, foi construído o edifício do Centro Paroquial, o qual resultou de um abraço de toda a população da Paróquia, das empresas, das associações e do apoio da Autarquia que, em conjunto, conseguiram concretizar a obra. Manifestou por isso o seu reconhecimento à Câmara Municipal por todo o apoio, aos seus funcionários pelo trabalho excelente, e ao Senhor Padre Carlos Lopes que foi o rosto daquela obra e teve um papel fundamental na sua concretização.

Em relação ao quadro comunitário Portugal 2020, apesar de ter tido início em 2013, sabe que só em meados do corrente ano foi possível apresentar candidaturas ao mesmo, por isso perguntou se a Câmara Municipal já apresentou alguma candidatura, se alguma delas já foi aprovada, e em caso afirmativo, para quando se prevê o seu arranque.

Perguntou ainda como está a decorrer a questão das Aldeias de Cor e quais os passos que já foram dados no sentido de restituir os terrenos às pessoas de Várzea da Serra.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** disse que comunga das palavras dos intervenientes em relação ao Centro Paroquial, não podendo deixar de reconhecer o grande esforço do Senhor Padre Carlos Lopes, que esteve sempre na frente daquele projeto e é a quem se deve aquela obra, por todo o seu esforço e luta para uma obra que é de toda a Paróquia.

Disse ainda que este Executivo contribuiu com o que lhe foi possível para que aquela obra fosse um sucesso, pois trata-se de um espaço que se destina essencialmente às crianças e jovens da Paróquia, o que é muito importante para todos.

Felicitou ainda a União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, por todo o apoio que também deu à referida obra.

Relativamente à dívida do Município, disse que, contrariando muitas das afirmações que são feitas por aí, este Executivo já diminuiu a dívida em aproximadamente dois milhões e setecentos mil euros, de compromissos assumidos pelo anterior Executivo, os quais estão a cumprir rigorosamente. Referiu que essa situação não tem sido nada fácil, pois tiveram também de assumir todas as despesas correntes, que também têm reduzido nos últimos três anos, e mesmo assim conseguiram diminuir a dívida, o que é um grande motivo de orgulho.

Quanto ao Quadro Comunitário 2020, explicou que foi um dos grandes constrangimentos deste Executivo, pois contavam que iniciasse logo em dois mil e catorze, mas só agora, em setembro de dois mil e dezasseis, começou a dar os primeiros passos. Por isso, foram preparando projetos para serem apresentados logo que fosse possível, dos quais falará no primeiro ponto da ordem do dia.

Quanto ao projeto Aldeias de Cor, disse que, na altura, pareceu-lhe que era um *show-off* de ambas as partes, o que se veio a concretizar. Pois, efetivamente, já estão à espera de uma resposta sobre o assunto há mais de um ano, mas a empresa não responde, nem aos telefonemas, nem às cartas registadas, não sabendo ainda como vão resolver esta questão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o problema das Aldeias de Cor é um tema que importa muito a esta Assembleia Municipal, porque está em causa um património do Concelho, ao qual têm estado atentos, para que possam ser repostos os interesses do Concelho.

Terminadas as intervenções, passou-se de imediato à discussão do primeiro ponto da ordem do dia:

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, DAS MEDIDAS DE ORIENTAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017

Presentes as seguintes propostas aprovadas pela Câmara Municipal em sua reunião de vinte e sete de outubro de dois mil e dezasseis, as quais foram enviadas antecipadamente a todos os membros:

❖ Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e dezassete, contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipais), prevendo o primeiro um montante total de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 2.878.500,00 (dois milhões e oitocentos e setenta e oito mil e quinhentos euros) e o segundo o montante total de despesa, para o próximo ano, de € 3.972.590,00 (três milhões e novecentos e setenta e dois mil e quinhentos e noventa euros);

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

* Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezassete, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 15.106.830,00 (quinze milhões e cento e seis mil e oitocentos e trinta euros), sendo que € 11.129.400,00 (onze milhões e cento e vinte e nove mil e quatrocentos euros), corresponde ao montante das receitas correntes e € 9.767.400,00 (nove milhões e setecentos e sessenta e sete mil e quatrocentos euros) corresponde ao montante de despesas correntes; e € 3.977.430,00 (três milhões e novecentos e setenta e sete mil e quatrocentos e trinta euros), correspondente ao montante das receitas de capital e € 5.339.430,00 (cinco milhões e trezentos e trinta e nove mil e quatrocentos e trinta euros) corresponde ao montante das despesas de capital; e

*Mapa do pessoal para o ano de dois mil e dezassete.

Verificou-se que a proposta do Orçamento Municipal é composta pelos seguintes elementos:

*Quadro plurianual de Programação Orçamental- Informação;

*Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano, contendo a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09;

*Resumo do Orçamento;

*Mapa resumo das receitas e despesas do Município;

*Orçamento da receita e orçamento da despesa, desagregado segundo a classificação orgânica económica (alínea b) do n.º 1 do citado artigo 46.º);

*Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a amortização de empréstimos;

* Equilíbrio orçamental;

* *Mapa das transferências para as Juntas de Freguesia - Delegação de competências;

*Articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental (alínea d) do n.º 1 do citado artigo 46.º);

* Mapa com a informação das entidades participadas pelo Município que são classificadas pelo Instituto Nacional de Estatística como "Serviços Autónomos da Administração Local", às quais foi solicitada a apresentação dos respetivos orçamentos para 2016, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do citado artigo 46.º;

* Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente (alínea c) do n.º 2 do citado artigo 46.º);

* Mapa das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais;

* Identificação e descrição das responsabilidades contingentes;

* Parecer do Conselho Municipal de Juventude de Tarouca.

Verificou-se que a proposta das Grandes Opções do Plano é composta pelos seguintes elementos:

- *Resumo das Grandes Opções do Plano, por funções;
- *Resumo do Plano Plurianual de Investimentos;
- *Resumo do Plano de Atividades Municipal;
- *Plano Plurianual de Investimentos;
- *Plano de Atividades Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que os documentos que estão em discussão são muito importantes para o Concelho, porque definem as grandes linhas estratégicas de orientação.

Disse ainda que estes documentos estão ainda muito marcados pelo empréstimo de saneamento financeiro contraído em dois mil e dez, mas que só começou a ser amortizado no ano de dois mil e catorze, por causa do período de carência de três anos, o que ainda irá acontecer por mais alguns anos, e que veio criar grandes constrangimentos ao atual Executivo, marcando continuamente toda a sua atividade.

De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar os documentos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por explicar que o documento que está em discussão contém as linhas de orientação que o Município seguirá e que obriga ao rigor da gestão.

Agradeceu aos colaboradores do Município pela sua disponibilidade para a elaboração do documento, ao Senhor Vice-Presidente pelo rigor e empenho na sua elaboração e ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias pela disponibilidade para a audição sobre o mesmo.

Lembrou que, quando iniciaram funções, viram-se confrontados com a obrigação de diminuir as dívidas, e ainda com um quadro comunitário estagnado, que só agora começou a dar os primeiros passos e foi neste contexto que, duma forma bastante difícil, tiveram de fazer opções, tendo decidido que nunca faltariam com o apoio à saúde, à educação, ao turismo e à ação social.

Quanto ao ensino, nunca deixaram que faltasse o apoio do Município, nem que faltassem recursos humanos para que os alunos tivessem sempre as melhores condições. Considera que este esforço deu os seus frutos, pois este ano tiveram alunos com as melhores médias nacionais a ingressar na faculdade, o que julga que é motivo de orgulho para todos.

Quanto à saúde, também tentaram melhorar algumas situações, nomeadamente na marcação de consultas, bem como no que respeita ao atendimento dos utentes na Unidade Móvel da Saúde e na Unidade de Cuidados Continuados. Na qualidade de Presidente do Conselho da Comunidade do ACERS lamentou que muitos dos outros Municípios não tenham aquelas valências, por isso entende que nos devemos sentir orgulhosos pelo que já conseguimos para este Concelho em termos de saúde.

Em termos de turismo, informou que até setembro tinham já passado pelo Concelho cinquenta mil visitantes, o que também se deve ao facto de este Executivo ter criado uma dinâmica com



Fl. 089
2016.12.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a criação da Loja Interativa do Turismo e da sala Vale do Varosa no Museu de Lamego, que permite que os turistas conheçam o Concelho e queriam vir visitá-lo.

Relativamente à área social, salientou os transportes que o Executivo realiza para o IPO do Porto, que eram da competência do Poder Central, mas que o Município tem assumido, porque sem isso muitos Municípios não teriam a possibilidade de fazer os tratamentos, o que já foi reconhecido, por diversas pessoas do setor da saúde. Para além disso, têm dado apoio a todos os pedidos de ajuda que lhe têm sido apresentados, salientando que isto é uma grande obra que está a ser feita em favor das pessoas do Concelho.

Referiu ainda a grande obra que é realizada pela dinâmica que conseguiram implementar nas Associações do Concelho, e que também é muitas vezes alvo de críticas. Tendo dado o exemplo das festas de S. Miguel, que no corrente ano envolveu a participação de cerca de setecentas e cinquenta pessoas, pertencentes ao associativismo. Acrescentou que em três anos de realização das festas gastaram um total de cento e dezoito mil euros, que foi um valor inferior ao que foi gasto com as festas de S. Miguel de dois mil e treze, pelo anterior Executivo, no montante de cento e trinta mil euros.

Disse ainda que se alguém tiver dúvidas sobre este assunto, ou outro poderá deslocar-se ao Município, onde lhe serão prestadas todas as informações, para que não façam críticas sem o devido conhecimento.

Prosseguiu dizendo que há quem os acuse de não fazerem obra, mas pede que coloquem essa questão aos Senhores Presidentes de Junta, tendo a certeza que muitos diriam que já fizeram mais obra do que o anterior Executivo, salientando as inúmeras pavimentações de caminhos nas freguesias, entre outras obras, que as pessoas necessitavam e que ajudam a desenvolver a agricultura no Concelho, as denominadas obras de proximidade.

A propósito do desenvolvimento da agricultura, referiu o facto de ser também Presidente da Régiefrutas, o que lhe tem provocado muitas noites mal dormidas, especialmente quando se vê sem verbas para pagar os compromissos assumidos com os agricultores. Referiu que já conseguiram pagar ao empreiteiro e já reestruturaram a dívida, reduzindo os juros para metade, tendo tido a sorte das entidades bancárias confiarem na pessoa, Valdemar Pereira, e lhe darem essa credibilidade, o que é para si um orgulho. Considera que é uma infraestrutura muito importante e necessária para o Concelho, na qual se gastaram alguns milhões, mas que agora já não está só dedicada à baga, mas também à transformação da maçã e do kiwi, o que o satisfaz, e que permitirá criar emprego no Concelho, e ser uma grande ajuda para os agricultores.

Por outro lado, salientou a zona empresarial, que em breve terá o seu arranque, e que teve alguma demora, porque não conseguiram negociar amigavelmente com o proprietário do

terreno a sua venda, tendo sido obrigados a recorrer à expropriação. Felicitou os Senhores Vereadores que votaram a favor daquele processo, para o qual só obtiveram três votos a favor, o seu próprio, o do Senhor Vice-Presidente e o da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira.

No âmbito do quadro comunitário 2020, disse pretendem avançar com a reabilitação da zona histórica da cidade e com a criação da zona ribeirinha, de que já há muitos anos se ouve falar, e que vai ser muito importante para o turismo. Referiu também a reabilitação da Alcáçima, cujo projeto já está no PROVERE, esperando que em breve possa ser dado início a todas estas obras.

Terminada a sua intervenção passou a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo para continuar a apresentação dos documentos em discussão.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por agradecer aos funcionários da Divisão Administrativa e Financeira, na pessoa da respetiva Chefe de Divisão, por todo o empenho e trabalho executado; ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, porque foi o único a participar no âmbito do estatuto do direito da oposição; e aos Senhores Presidentes de Junta por todas as ideias que apresentaram para as suas freguesias, resultando assim estes documentos de um trabalho de equipa.

Explicou que a sua apresentação se divide em quatro partes, que são: Conjuntura Económica; Eixos Estratégicos; Principais Investimentos e Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Quanto à conjuntura económica e financeira, referiu que a situação financeira do Município se mantém com algumas dificuldades, provocada em maior parte pelo saneamento financeiro, que foi aprovado em 2010, mas cujo pagamento só iniciou em 2014, e que tem causado diariamente muitas dificuldades de tesouraria, a que acresce a difícil situação económica nacional, que obrigou à redução das transferências do Estado, e ainda o facto do quadro comunitário Portugal 2020, que em teoria teve início em 2013, mas que na prática só iniciou em setembro de 2016 a aceitação de candidaturas.

Disse ainda que mesmo nesta difícil conjuntura, conseguiram até setembro reduzir a dívida do montante total de cerca de quinze milhões de euros para cerca de doze milhões de euros. Salientou também a redução do excesso de endividamento, que em 2013 ultrapassava os cinco milhões de euros e que em setembro último era apenas de cerca de novecentos mil euros, esperando que em 2017 já não exista excesso de endividamento.

Referiu que esta situação só foi possível graças à redução da despesa que conseguiram fazer, sem deixarem que isso afetasse a vida dos munícipes, nomeadamente no que respeita à saúde, à educação ou à ação social.

Informou da enorme dificuldade de cumprir com o plano de amortização de dívida existente, porque as prestações



Fl. 090
2016.12.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

semestrais do empréstimo de saneamento financeiro são muito elevadas e têm de as cumprir, pois não tem sido permitido que sejam contraídos novos empréstimos, nem a reestruturação dos existentes, sendo obrigados a cumprir a lei das Finanças Locais.

Prosseguiu informando que se mantêm os seguintes cinco eixos estratégicos para o Concelho: desenvolvimento económico e sustentável; inclusão e coesão social; educação e formação; cultura, desporto e associativismo; e modernização da Autarquia.

Quanto ao desenvolvimento económico e sustentável, continua a manter-se a valorização dos recursos produtivos e endógenos, tendo destacado a Régiefutas, da qual o Senhor Presidente da Câmara já falou e que começa a dar os seus frutos e a dar mais emprego.

Informou ainda que já iniciaram a certificação do artesanato local; que têm vindo a ser conservados e criados caminhos agrícolas, regadios e açudes, o que irá continuar; e que foi apresentado um projeto para a limpeza dos caminhos florestais, mosaicos e novos pontos de água e proteção do meio ambiente.

Quanto à inovação, diferenciação e empreendedorismo, destacou a área de acolhimento empresarial local, da qual o Senhor Presidente da Câmara também já falou, e cujo processo tem sido bastante complicado, mas que urge realizar, porque os empresários interessados não têm muito tempo para esperar.

Relativamente ao turismo, paisagem e património, destacou o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), que resultam de um trabalho de três anos, sobre os quais aguardam apenas pela aprovação do quadro comunitário. Salientou ainda a Loja Interativa do Turismo, a Casa do Paço, a projeção da marca Vale do Varosa e o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana.

No que respeita à empregabilidade, disse que continua a ser um dos maiores objetivos dos eixos estratégicos, pretendendo-se manter as parcerias com o IEFP, melhorar as competências e a escolaridade, renovar o Gabinete de Inserção Profissional e apostar na formação profissional.

No que se refere ao eixo relativo à inclusão e coesão social, destacou as políticas sociais de proximidade que garantam a inclusão social, o apoio à natalidade, a redução do IMI e o apoio à educação das crianças e jovens, pois hoje todos os alunos têm transporte escolar gratuito; os alunos do 1º ciclo dos escalões A e B têm livros e material escolar gratuito; e todos os alunos do primeiro ciclo e do jardim-de-infância têm refeições gratuitas. Referiu ainda que continuarão a promover os hábitos saudáveis com o Programa Tarouca Saudável, no qual manterão a atividade física ao ar livre e o apoio às associações desportivas, bem como a promoção da natação.

Quanto à educação e formação, disse que se pretende manter as medidas de combate ao abandono e insucesso escolar; a promoção

do empreendedorismo e inovação junto da comunidade escolar; a utilização dos espaços escolares fora dos períodos letivos, com a ocupação de tempos livres para as crianças; a melhoria do espaço exterior do centro escolar; e a organização férias desportivas e musicais.

No que alude ao eixo da cultura, desporto e associativismo, salientou a valorização cultural que continuará com a Academia de Música, com a promoção de diversos eventos culturais, com o cinema, que tem tido sempre a sala cheia, e a agenda de eventos

No que se refere ao associativismo e mobilização territorial, disse que irão promover ações de formação para dirigentes e continuarão a apoiar as dinâmicas associativas. Continuarão também a promover o desporto saudável, mantendo o apoio às diversas atividades desportivas, TT, downhill, etc., pretendendo-se criar novas pistas e roteiros pedestres e ainda ciclovias.

No que se refere à modernização dos serviços da Autarquia, disse que irão continuar a manter a desmaterialização, continuar a apostar na eficiência energética e no cadastro da rede de águas e saneamento, e ainda no controle de perdas e infiltrações.

Quanto aos principais investimentos para o próximo ano, disse que fizeram uma análise SWOT, na qual concluíram que têm os seguintes desafios estratégicos para este Concelho: reabilitação do edificado - mantendo a identidade histórica; revitalização e modernização do comércio; reconversão e revitalização do tecido empresarial; valorização do património cultural arquitetónico, arqueológico e ambiental, e a requalificação das margens do rio Varosa e Varosela, prevendo-se por isso investimentos nessas áreas.

Em termos de eficiência energética, disse que pertendem reduzir a fatura da iluminação pública, para alargarem a iluminação pública a toda a noite, bem como estender a eficiência energética aos Paços do Concelho e ao Centro Escolar.

Referiu que são as seguintes as obras abrangidas pelo PAMUS: - intervenção e reabilitação da Rua das Adegas e Castelo; reforço da sinalização da informação e trânsito em todo o Concelho; remodelação dos abrigos de passageiros de transportes coletivos rodoviários municipais, com algumas novidades e tecnologias avançadas; e ainda o interface - Cidade de Tarouca, onde se pretende a instalação de uma central de camionagem para todos os transportes públicos.

No âmbito do programa PROVERE está candidatada a reabilitação dos parques de Alcáçima e de Santa Helena, aguardando-se a aprovação dos respetivos projetos.

Relativamente ao PARU prevê-se a execução dos parques ribeirinhos de Tarouca, Ucanha e de Mondim da Beira, que é o sonho de muitos tarouquenses, com a recuperação de zonas e

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

acessos deteriorados e degradados, criação de novos e modernos acessos pedonais; construção de zonas de cultura, desporto e lazer nas margens do rio e colocação de iluminação pública e mobiliário urbano. Prevê-se ainda a regeneração e revitalização do núcleo antigo da Cidade de Tarouca, com os seguintes investimentos: reabilitação de arruamentos; colocação de novos revestimentos; reestruturação da rede de eletricidade e iluminação pública, rede de telecomunicações e gás com tubagem e cabos subterrâneos; fornecimento e colocação de mobiliário urbano e sinalética; reorganização dos espaços públicos e da circulação viária; e medidas de apoio ao empreendedorismo privado.

Quanto ao orçamento para o ano de dois mil e dezassete, informou que é de um valor superior ao dos anos anteriores, tendo em consideração o facto de ter sido aberto o quadro comunitário, pretendendo-se arrecadar o maior financiamento possível de verbas que são de direito de todos os Tarouquenses.

Referiu que o montante das receitas correntes é de €11.129.400,00 (onze milhões, cento e vinte e nove mil e quatrocentos euros), das despesas correntes é de €9.767.400,00 (nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil e quatrocentos euros), que o montante das receitas de capital é de € 3.977.430,00 (três milhões, novecentos e setenta e sete mil e quatrocentos e trinta euros) e das despesas de capital é de € 5.339.430,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e nove mil e quatrocentos e trinta euros).

Concluiu a sua intervenção afirmando que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento têm como principal objetivo continuar a garantir a inclusão social de todos, melhorar a qualidade de vida a todos os Tarouquenses, reduzir as despesas correntes e aproveitar os fundos comunitários para maximizar a receita, de forma a permitir a sustentabilidade económica da Autarquia.

Intervieram os seguintes membros da Assembleia Municipal:

- **José Manuel Oliveira Andrade** - Deu os parabéns ao Executivo pela apresentação dos documentos, e como pessoa que é ligada aos números, considera que a redução do endividamento que se verificou, demonstra bem a gestão eficiente que tem sido feita pelo Executivo.

Disse ainda que ficou sensibilizado com o objetivo determinado para o próximo ano, nomeadamente no que respeita à redução para zero do excesso de endividamento, por entender que será uma grande conquista.

- **Rui Manuel Costa Pereira** - Retirou-se da Mesa para fazer a sua intervenção.

Deu os parabéns ao Executivo pela "boa forma física" que apresenta, porque para conseguir gerir o Município com tão fracos recursos é preciso efetivamente fazer uma "grande ginástica", tendo ressaltado os seguintes aspetos:

- Por um lado, o plano de saneamento financeiro de dois mil e dez, que funciona como uma "mini-troika", porque impõe muitos limites à ação do Executivo, agradecendo o trabalho conjunto que têm levado a efeito com os Presidentes de Junta;

- Por outro lado, ressaltou o atraso do quadro comunitário Portugal 2020, que julga ter acontecido por causa do Governo Central, cujos recursos serão muito importantes para o Concelho.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que estiveram a ouvir a longa explicação dos grandes desígnios e objetivos para o futuro do Concelho e daquilo que foi feito anteriormente, lamentando que este Executivo, já no fim do mandato, continue sistematicamente a justificar a sua falta de cumprimento de alguns objetivos e sucessos nestes três anos, com a invocação do Executivo anterior, que já foi julgado em praça pública e afastado do poder.

Referiu ainda que quem ouve a explicação, parece que só agora é que há vida, associativismo e festas no Concelho, e que há três anos atrás nada existia no Concelho, deixando isso ao critério dos presentes, pois a verdade fala por si.

Continuou dizendo que foi referido o registo no corrente ano de cerca de cinquenta mil visitantes no Concelho, tendo perguntado quantos turistas visitavam antes o Concelho e se estes passam apenas cá ou ficam alojados dois ou três dias, incentivando a economia local, pois era isso que interessava ao Concelho, já que apenas a visita não traz grandes benefícios.

Solicitou ainda que lhe indicassem, tendo em conta os indicadores nacionais, que efetivas melhorias este Executivo trouxe ao longo dos três anos de mandato para o Concelho, nomeadamente, em termos de taxa de empregabilidade, cujos indicadores oficiais apresentam um decréscimo na taxa de emprego; em termos de aumento da população no concelho, os indicadores oficiais também apresentam uma diminuição, o mesmo acontecendo com a taxa de empreendedorismo e empresas instaladas no Concelho, cujos indicadores oficiais também denotam um decréscimo. Convidou por isso o público presente e os membros da Assembleia Municipal a consultarem os indicadores oficiais respeitantes às matérias referidas, para comprovarem o que acabou de afirmar.

Perguntou para quando está prevista a criação de uma Biblioteca Municipal digna desse nome, ou seja, um espaço de partilha de ideias e de debate, um espaço lúdico, onde para além dos livros, exista uma videoteca/ludoteca, entre outras atividades, pois as crianças e os jovens é disso que precisam e não de um lugar onde apenas existe um amontoado de livros, que já há muitos meses que não recebe publicações novas.

Relativamente à Serra de Santa Helena, disse que verifica que desde o último incêndio de há três anos, ainda não foi feita nada para a sua reflorestação, não tendo havido nenhuma aposta

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

no patrimônio florestal, ecológico ou ambiental, que por isso se está a degradar.

Quanto ao apoio social escolar, disse que, pelo que tem conhecimento, os executivos anteriores também proporcionaram refeições e transporte para todas as crianças. Para além de que a maioria dessas funções são estipuladas no Orçamento do Estado, por isso não é nenhum favor que o Executivo está a fazer, porque todos os Municípios contribuem para isso.

Referiu ainda que se falou na participação na elaboração deste Orçamento, contudo enquanto membro da Assembleia não foi convidado a participar na elaboração deste documento, nem houve convite a qualquer dos membros da oposição para esse efeito, não percebendo como se pode falar de democracia.

Concluiu, referindo-se à obra que foi apresentada para ser executada no próximo ano, lamentando apenas que só a um ano do fim do mandato, e com o aproximar das eleições, se venha falar que vai aparecer obra.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Iniciou por dar os parabéns ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo pela forma como apresentou o orçamento e pela linguagem simples que utilizou e que permitiu que todos conseguissem perceber do que se está a falar. Considera que era muito bom que o Poder Central aprendesse com o Poder Local, e diminuísse a dívida, tal como o Executivo conseguiu fazer, não descurando os apoios sociais, conforme ficou demonstrado.

Dirigindo-se ao membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, esclareceu que, efetivamente, continuam a falar do Executivo anterior, porque todas as dificuldades financeiras que o atual Executivo tem enfrentado ao longo destes três anos, são inteiramente da responsabilidade do anterior Executivo, que apesar de já ter sido julgado pelo povo, não pagou a dívida, por isso é o atual Executivo que a está a pagar e a ter de privar o Concelho de muitas coisas, que se não fosse a dívida as conseguiriam ter.

Relativamente ao surgimento de empresas no Concelho nos últimos três anos, perguntou ao referido membro quantas empresas viu surgir nos anteriores mandatos, onde é que está o parque industrial que andaram dezasseis anos a prometer, e que acabou por não aparecer, e como pode agora querer que as empresas se instalem no Concelho, se não têm condições para tal. Acrescentou que felizmente o parque empresarial vai em breve ser levado a efeito.

Quanto à biblioteca Municipal, perguntou ao mesmo membro se vive no Concelho, explicando-lhe que existe a biblioteca escolar que tem um papel importante na dinamização dos alunos e que em conjunto com a biblioteca municipal oferece diversos serviços a todas as pessoas do Concelho, por isso duvida que algum dia tenha entrado nas bibliotecas de Tarouca para perceber o seu funcionamento.

No que respeita à referência ao incêndio que houve em Santa Helena em dois mil e treze, disse que não consegue perceber onde aquele membro esteve nestes três anos e nos anos anteriores, pois o incêndio de 2013 consumiu maioritariamente mato, já que o incêndio que destruiu a floresta foi em 1995, sem ter havido qualquer reflorestação. Para além disso, e apesar de concordar que a reflorestação é importante, julga que saberá que há uma série de regras que têm de ser cumpridas, pois muitos dos terrenos em causa pertencem a particulares.

Quanto à referência às obras em ano eleitoral, lembrou aquele membro que isso foi o que aconteceu antes, com a questão das aldeias de cor e do teleférico, que apareceram efetivamente em ano eleitoral. Acrescentou que as obras referidas por este Executivo, já são faladas desde há dois anos, mas que só agora terão possibilidade de serem concretizadas, por causa do quadro comunitário ter estado "adormecido".

Relativamente à questão que colocou sobre a falta de democracia, disse que não percebe como tem aquele membro coragem em falar em falta de democracia, quando integrou a Comissão Permanente, durante dois anos, que é composta por membros de todos os partidos com assento neste órgão e pela Mesa da Assembleia, e agora vem dizer que não há democracia no Concelho. Lembrou ainda que no intervalo desta sessão, vai ter lugar a entrega dos prémios dos Jogos Florais, cuja realização resultou de uma proposta do grupo municipal do Partido Socialista, e que mesmo assim foram aceites por todos e foram concretizados, o que seria impossível de acontecer com o anterior Executivo, porque nem havia Comissão Permanente, nem os diferentes partidos da oposição podiam falar, não havia discussão, e se alguém dissesse alguma coisa que o Senhor Presidente da Câmara da altura não gostasse, ele abandonava a sala, sem dar qualquer explicação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a propósito, lembrou ao membro Luís Fernando Coelho Barros Pereira que, no mesmo dia, que foi recebido o Orçamento e o Plano de Atividades no Gabinete da Assembleia Municipal, em outubro último, foi de imediato enviado a todos os membros da Assembleia Municipal para se pronunciarem sobre os mesmos. Por isso, parece-lhe que aquele membro não cumpriu a sua função, pois era nessa altura que deveria ter proposto qualquer alteração que pretendesse ao documento, contribuindo assim para a sua elaboração.

Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por se dirigir ao membro Rui Manuel da Costa Pereira tendo-lhe dito que efetivamente têm feito uma "grande ginástica" para conseguirem ter as contas em dia.

Ao membro Luís Fernando Coelho Barros Pereira disse que percebeu o seu apelo às criancinhas, pois elas são a nossa

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

razão de viver, mas se calhar fê-lo noutro contexto, pensando que vão acreditar nas suas afirmações, pela inocência delas. Porque todas as restantes pessoas aqui presentes não acreditaram numa só palavra, pois todos conhecem a realidade do Município, parecendo-lhe que só ele é que não conhece, ou finge não conhecer.

Salientou que sempre valorizou a oposição, e que valoriza esta Assembleia Municipal, porque têm feito sempre críticas construtivas, mesmo quando não concordam com o Executivo. Contudo, esta sua intervenção foi uma crítica destrutiva, porque se calhar não tem andado por aqui, ou tem andado distraído, pois não tem nenhuma razão para fazer essas afirmações. Aconselhou-o a fazer um maior acompanhamento do trabalho do Executivo, porque se assim fosse não falaria dessa forma.

Deixou claro que não vão iniciar obras por causa das eleições, mas sim porque existem candidaturas que só agora foram aprovadas, uma vez que o quadro comunitário não funcionou antes e não as podiam levar a efeito sem a respetiva candidatura aprovada, tendo em conta o que sempre afirmou, de que não faria obras para os outros pagarem. Ao contrário do que fez o anterior Executivo, por exemplo, com a ampliação do edifício dos Paços do Município, obra no valor de quase um milhão de euros, e que foi executada sem a candidatura aprovada, tendo de ser o atual Executivo a pagá-la. Tendo reafirmado que não seria coerente, seria certamente inconsciente se avançasse com grandes obras que teriam que ser assumidas na totalidade pela Autarquia, quando as mesmas com fundos comunitários apenas terão um custo de 15%, pois os restantes 85% são de financiamento comunitário.

A propósito, lembrou ainda a questão da execução da Variante Este, para cuja obra o anterior Executivo recebeu verbas a mais, as quais deveriam ter sido devolvidas na altura, mas que não aconteceu. Por isso, este Executivo foi notificado em agosto último para devolver cerca de duzentos mil euros daquela obra, e quando questionou a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira sobre a razão para isso acontecer, ela respondeu-lhe que na altura tinham conhecimento dessa situação, mas que não tinham verbas para o efeito. Considera que isto sim, é que é fazer obras com o intuito das eleições. Uma vez que as obras que o atual Executivo pretende levar a efeito, só serão este ano executadas, porque só agora é que estão abertas as candidaturas para o efeito.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os documentos à votação do plenário, tendo sido deliberado por maioria de dezassete votos a favor e duas abstenções dos membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira e Ana Palmira Botelho Figueiredo, aprovar o seguinte:

- a) a proposta de Orçamento Municipal para o ano de dois mil e dezassete e respetivos anexos;

- b) a proposta das Grandes Opções do Plano para dois mil e dezassete e respetivos anexos;
- c) o mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezassete;
- d) aprovar as seguintes medidas para orientar a execução orçamental em 2017, constantes do articulado suprarreferido:

1 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação)

1.A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06 e para efeitos de aplicação da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), por razões de simplificação e celeridade processual, dá autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, excluindo os compromissos já autorizados em exercícios anteriores, até aos seguintes montantes máximos:

2018: € 4 300 000,00

2019: € 845 000,00

2020: € 415 000,00

2021: € 360 000,00

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

2 - Delegação de competência no Presidente da Câmara

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 6º da LCPA, delega no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais, nos casos em que o respetivo valor seja inferior a € 99 759,58.

3 - Atualização da tabela de taxas municipais

Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29.12, a Tabela de Taxas Municipais, publicada no Diário da República, 2ª série, nº135, de 14.07.2010, é atualizada, em 2017, em 1,4%, de acordo com a projeção da taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), publicada pelo Banco de Portugal no Boletim Económico, em junho de 2016.

4 - Autorização genérica com limites à concessão de isenções e reduções fiscais

1. Para efeitos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 03.09, é autorizada a concessão de isenções e reduções de taxas municipais, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Municipais, publicado no Diário



2016.12.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010, até aos seguintes montantes:

a) Serviços, atividades e licenciamentos diversos: € 1 000;

b) Edificação e urbanização: € 12 500,00;

c) Utilização, aproveitamento e ocupação de espaços e bens do domínio público e privado municipal: € 40 000,00.

2. Os montantes fixados no número anterior resultam do cálculo efetuado pelos serviços municipais, com base nas isenções e reduções concedidas em 2016 e nas previstas para 2017.

3. A atribuição das isenções e reduções fiscais deve ser precedida de prévio enquadramento nas normas do regulamento municipal e visam:

a) incentivar a fixação de famílias no concelho, em especial nas zonas históricas;

b) apoiar as famílias com menores recursos financeiros;

b) incentivar a fixação de empresas e os pequenos produtores agrícolas;

c) incentivar a prática desportiva e a utilização dos equipamentos de utilização coletiva existentes, por municípios de todos os escalões etários;

d) incentivar a realização de eventos culturais, desportivos ou outros, com interesse para a população local e que contribuam para a dinamização e divulgação das potencialidades do concelho;

e) apoiar instituições particulares de solidariedade social e outras entidades, na realização de atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, com interesse para a população local.

5 - Administração direta

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 18º do Decreto-lei nº 197/99, de 08.06 é autorizada a execução por administração direta de obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos para 2017, até ao valor de € 250 000,00, por cada uma.

6 - Abertura de procedimentos de contratação pública com encargos em mais de um ano económico

É autorizada a abertura de procedimentos de contratação pública relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, quando:

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, nos termos previstos no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08.06.

7 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem

É aprovada a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do n° 2 do artigo 106° da Lei n° 5/2004, de 10.02, alterada pela Lei n° 82-B/2014, de 31.12 e pela Lei n° 127/2015, de 03.09, para vigorar em 2017, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura, pelas dezassete horas foi feito um intervalo, para ser celebrado o evento "Comemorar Cidade", com a entrega dos prémios e diplomas de participação a todos os participantes dos Jogos Florais 2016.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, com a presença dos mesmos membros, com exceção do membro Manuel do Carmo Ferreira, que se ausentou.

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO PARA 2017

Presente o pedido de autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de dois mil e dezassete, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria (n°2 do artigo 49° da Lei n° 73/2013, de 03.09), até ao montante de € 400.000,00, aprovado em reunião camarária de trinta de novembro de dois mil e dezasseis, acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, das duas propostas recebidas e da informação da Divisão Administrativa e Financeira, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros e que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2017, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00

PROPOSTA

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano, podendo a respetiva aprovação ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento (n°2 do artigo 49° e n°2 do artigo 50° da Lei n° 73/2013, de 03.09).

O pedido de autorização é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como



2016.12.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Em cumprimento das citadas disposições legais foi solicitada a apresentação de propostas a seis instituições bancárias, das quais apenas duas responderam.

Analizadas as mesmas, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de vinte e oito de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida, proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2017, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do spread de 0,95% (em nenhuma ocasião o valor pode ser inferior ao spread) e nas demais condições constantes da sua proposta.

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2017 e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Não obstante, junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

- a) 2 propostas recebidas;
- b) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
- c) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 28 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira

Interveio o membro José Manuel Andrade Oliveira tendo perguntado ao Senhor Presidente da Câmara se este pedido corresponde ao mesmo do ano anterior e se o do ano anterior já foi saldado.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que é o empréstimo que habitualmente recorrem no início do ano, e que o do ano anterior já está saldado.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o pedido à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em

Lamego, de um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2017, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do spread de 0,95% (em nenhuma ocasião o valor pode ser inferior ao spread) e nas demais condições constantes da sua proposta, mas com isenção da comissão de abertura, conforme e-mail recebido daquela entidade bancária, datado de 29.11.2016.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO 12º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Presente o décimo segundo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro em cumprimento do número seis do artigo sexto do Decreto-Lei número trinta e oito/dois mil e oito, de sete de março, respeitante ao período de 01.04.2016 a 30.09.2016, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 17 de novembro de 2016, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por referir que o plano de saneamento financeiro obriga o Executivo a reduzir por ano mais de dez por cento da dívida e do excesso de endividamento, tendo até dois mil e dezasseis conseguido reduzir cinquenta e dois por cento.

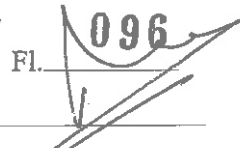
Para além disso, obriga ainda à redução da despesa corrente, o que tem vindo a acontecer. Salientou que isto tem acontecido, apesar de surgirem várias contrariedades, nomeadamente a redução do valor que iriam receber do IMI, pois perderam cerca de oitenta mil euros com as isenções aprovadas na legislação. Disse ainda que este é um semestre estranho, porque é de março a setembro, e por isso não permite uma comparabilidade anual como era desejável.

Informou ainda que a despesa corrente baixou 1,45% neste semestre, mantendo-se a redução da dívida que, no seu todo, baixou seis por cento, tendo o excesso de endividamento decrescido sessenta por cento.

Salientou a dificuldade que existe na gestão financeira do Município, dizendo a título de exemplo, que na passada segunda-feira, tinham duas contas bancárias do Município a descoberto, por isso é preciso um trabalho diário contínuo para resolver essas situações.

Concluiu informando que a nossa serra de Santa Helena ardeu em mil e novecentos e noventa e cinco e desde aí nunca mais foi reflorestada, apenas teve mato a partir dessa data e foi isso que ardeu no último incêndio.



096
Fl. 
2016.12.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o décimo segundo relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, respeitante ao período de um de abril de dois mil e dezasseis a trinta de setembro de dois mil e dezasseis. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A ARRECADAR EM 2018, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2017

Presente a proposta de fixação da participação variável no IRS a arrecadar em dois mil e dezoito, referente aos rendimentos de dois mil e dezasseis, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de vinte e sete de outubro de dois mil e dezasseis, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2018, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2017

PROPOSTA

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior.

Essa participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos (n.º2 do citado artigo 26.º).

A ausência da referida comunicação, ou a comunicação para além da referida data, equivalem à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte dos municípios.

Assim, considerando que:

- em 2017, o Município de Tarouca receberá o montante de € 124 847, correspondente a 5% de participação variável no IRS que incidiu sobre os rendimentos de 2016 (deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, 0,25% do montante a transferir), sendo que o montante total da participação a transferir para os Municípios previsto na proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2017, é de € 451 983 369;

- está em curso o plano de saneamento financeiro, aprovado pelos órgãos municipais no ano de 2010, que impõe a adoção de medidas de maximização da receita, sendo por isso inviável a redução da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, referente a rendimentos a auferir em 2017,

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 25º do citado diploma e para efeitos do disposto no nº2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 03.09, **fixe em 5% a participação variável, pretendida por este Município, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área da respetiva circunscrição territorial, incidente sobre os respetivos rendimentos de 2017 e a arrecadar em 2018.**

Tarouca, 20 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que informou que se não fossem as obrigações que lhes são impostas pelo plano de saneamento financeiro, baixariam a percentagem da participação, contudo isso não é possível, porque não podem prescindir desta receita, nem tal é permitido no saneamento financeiro.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea c) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, fixar em 5% (cinco por cento) a participação variável no IRS, incidente sobre os respetivos rendimentos de dois mil e dezassete e a arrecadar em dois mil e dezoito, pretendida por este município, para efeitos do disposto no artigo vinte e seis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura, o membro Tiago Jorge Gomes Eusébio retirou-se da reunião.

PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E ÀS GOP PARA 2016

Presente a proposta de 2ª revisão dos documentos previsionais de 2016, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 30 de novembro de 2016, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016

PROPOSTA

A elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2016 foi efetuada com base nas regras previsionais aplicáveis, no plano dos investimentos a realizar e nos financiamentos a obter.

Ora, nomeadamente e ao contrário do que era expectável, as candidaturas de projetos aos fundos comunitários no âmbito do



Fl.

097

2016.12.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Portugal 2020 só recentemente puderam ser apresentadas ou começaram a ser aprovadas, o que implicou o adiamento dos principais investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano para 2016 e o não recebimento da respetiva receita.

Neste contexto, as taxas de execução da receita e da despesa ficarão abaixo do previsto - inviabilizando o cumprimento do disposto no nº3 do artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 03.09 (85% de taxa de execução da receita prevista no orçamento) - impondo-se, por isso, proceder ao ajustamento dos documentos previsionais de modo a que as dotações previstas se aproximem o mais possível dos valores efetivamente a realizar.

Assim, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de **2016**, cujos mapas se anexam:

- * 2ª revisão ao Orçamento da Receita no valor de - € 1 291 685,00;

- * 2ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 9 260,00 e diminuições no montante de € 1 300 945,00;

- * 2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos no valor de - € 703 771,20, no corrente ano; e

- * 1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, no valor de - € 324 190,47, no corrente ano.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POAL.

Tarouca, 28.11.2016

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que quando prepararam o Orçamento do ano anterior, o fizeram com base no que era conhecido naquela data, contudo tendo em conta a abertura do novo quadro comunitário torna-se necessário fazer a presente alteração.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por maioria de quinze votos a favor e duas abstenções dos membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira e Ana Palmira Botelho Figueiredo aprovar os seguintes documentos:

- * 2ª revisão ao Orçamento da Receita no valor de - € 1.291.685,00;

* 2ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 9.260,00 e diminuições no montante de € 1.300.945,00;

* 2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos no valor de - € 703.771,20, no corrente ano; e

* 1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, no valor de - € 324.190,47, no corrente ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE TAROUCA

Presente a proposta de aditamento ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Tarouca, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 3 de novembro de 2016, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação, a qual a seguir se transcreve:

**"ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE TAROUCA
PROPOSTA**

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) enviou aos municípios, no passado dia 13 de setembro um email onde referia que tinha sido celebrado com a EDP Distribuição um Protocolo que tem por objeto os equipamentos de iluminação a instalar nas redes de iluminação pública, procedendo à revisão do Anexo I ao contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão, aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, que será aplicável logo que cada município acorde com a concessionária a alteração do Anexo I do referido contrato de concessão.

Em comunicação posterior, de 21 de outubro findo, a ANMP vem informar os municípios que tendo presente que o Anexo I é parte integrante do contrato de concessão celebrado entre esse município e a EDP, a sua revisão constitui uma alteração a tal contrato de concessão, razão pela qual deve ser objeto de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Tendo o assunto sido abordado na reunião de 26 de outubro findo do Conselho Intermunicipal, foi decidido que a CIMDOURO prepararia uma minuta de adenda ao contrato de concessão, para formalizar a alteração ao anexo I, o que fez.

Assim, **PROPONHO** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09):



Fl. 098

2016.12.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

a) aprovar a minuta da adenda, que já integra o novo Anexo I, ao contrato de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão celebrado entre o Município de Tarouca e a EDP-Distribuição, SA;

b) solicitar autorização à Assembleia Municipal para outorgar a mencionada adenda, nas condições estipuladas e que constam em anexo à presente proposta (nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Tarouca, 2 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que informou que já começaram a colocar as lâmpadas LED, e que tem sido uma boa experiência, que pretendem que tenha continuidade.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a outorga da mencionada adenda, nas condições estipuladas e que constam em anexo à presente proposta (nos termos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE TRANSAÇÃO CELEBRADO COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A.", POSTERIORMENTE OBJETO DE CESSÃO DE CRÉDITOS A FAVOR DA "CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO BEIRA DOURO, C.R.L." E DA "CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO DOURO, CORGO E TÂMEGA, C.R.L." - ALTERAÇÃO DOS ENCARGOS PREVISTOS PARA OS ANOS 2017 E SEGUINTE

Presente a proposta de autorização de alteração dos encargos previstos para os anos 2017 e seguintes respeitantes ao acordo de transação celebrado com a sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.", posteriormente objeto de cessão de créditos a favor da "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, C.R.L." e da "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L.", aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 3 de novembro de 2016, a qual a seguir se transcreve e que foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação:

"Acordo de transação celebrado com a sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.", posteriormente objeto de cessão de créditos a favor da "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, C.R.L." e da "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L."

Alteração dos encargos previstos para os anos 2017 e seguintes
PROPOSTA

Em 23.05.2014, foi celebrado um acordo de transação com a sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A."

(ATMAD), referente a faturas em dívida pelo Município no valor de € 1 423 462,14, relativas aos serviços de prestados de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais.

Foi acordado o pagamento daquele montante em 60 prestações mensais.

A assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração deste acordo foi autorizada pela Assembleia Municipal em sessão de 30.06.2014.

Posteriormente, foi celebrado entre a ATMAD e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, C.R.L. (CCAM Beira Douro) e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L. (CCAM Douro). um contrato de cessão dos referidos créditos.

Para o ano 2016 estava previsto o pagamento da importância de € 278 280,03, correspondente a faturas em dívida, acrescida dos juros vencidos (€ 43 276)

No entanto, por manifesta falta de disponibilidade de tesouraria, não foi possível efetuar o pagamento das prestações vencidas até ao mês de outubro findo (€ 300 041,47).

Tendo em conta as disponibilidades de tesouraria previstas, propusemos à CCAM Beira Douro e à CCAM Douro o pagamento do montante em dívida dividido pelas 31 prestações restantes do acordo supra mencionado, proposta essa que foi aceite.

Neste contexto, **PROPONHO** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal a autorização prévia, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, para alterar o montante dos encargos plurianuais decorrentes da celebração do acordo de transação celebrado em 23.05.2014 com a sociedade " Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.", em 23.05.2014, posteriormente objeto de cessão de créditos a favor da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, C.R.L. e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L., nos seguintes termos:

Ano	Valor Autorizado Inicial	Valor Adicional	Encargo Total
2017	292 210,15 €	124 155,09 €	416 365,24 €
2018	306 852,99 €	124 155,09 €	431 008,08 €
2019	132 353,89 €	51 731,29 €	184 085,18 €
Total	731 417,03 €	300 041,47 €	1 031 458,50 €

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Aos valores indicados acrescem juros à taxa de juro anual nominal variável que resultar da média aritmética simples das cotações diárias da taxa Euribor a 3 meses, durante o mês anterior a cada período trimestral de contagem e arredondada à milésima de ponto percentual, a que acresce o "spread" ou margem de 3,8%, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao valor do "spread".

Paços do Município, 2 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse que a sua explicação serve para este ponto e para o próximo, tendo informado que se trata da renovação de acordo que existia anteriormente, cujo prazo foi prolongado para dois mil e dezassete e dois mil e dezoito.

Quanto ao ponto seguinte, explicou que, como já tinha informado, tinham recusado parte das faturas da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA, que era uma ação judicial a interpor pela CIM, mas agora com a fusão das Águas do Norte, SA, vieram propor tarifas mais próximas, tendo os Municípios decidido aceitar as dividas e proceder ao respetivo pagamento. Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, a seguinte alteração do montante dos encargos plurianuais decorrentes da celebração do acordo de transação celebrado em 23.05.2014 com a sociedade "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.", posteriormente objeto de cessão de créditos a favor da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, C.R.L. e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L.:

Ano	Valor Autorizado Inicial	Valor Adicional	Encargo Total
2017	292 210,15 €	124 155,09 €	416 365,24 €
2018	306 852,99 €	124 155,09 €	431 008,08 €
2019	132 353,89 €	51 731,29 €	184 085,18 €
Total	731 417,03 €	300 041,47 €	1 031 458,50 €

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, PARA CELEBRAR COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, S.A." UM ACORDO DE PAGAMENTOS DA DÍVIDA PROVENIENTE DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS ATÉ AO MONTANTE DE € 311 401,85

Presente a proposta de autorização prévia, para celebrar com a sociedade "Águas do Norte, S.A." um acordo de pagamentos da dívida proveniente do serviço de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais até ao montante de € 311 401,85, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de 30 de novembro de 2016, a qual a seguir se transcreve e que foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação:

"ACORDO DE PAGAMENTOS COM A SOCIEDADE "ÁGUAS DO NORTE, SA"

**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS
PROPOSTA**

Na sequência da decisão de interposição pela CIMDouro de uma ação judicial contra o Estado Português, o Ministério do Ambiente e a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA, reclamando, nomeadamente, o reconhecimento do direito à adoção de medidas de equilíbrio territorial por via do tarifário FETA (Fundo de Equilíbrio Tarifário), foi decidido suspender o registo e o pagamento das faturas provenientes da ATMAD, nos termos do despacho datado de 06.10.2014, aprovado pelos órgãos municipais.

Contudo, e ao contrário do que estava previsto, a CIMDouro não chegou a interpor a ação judicial, porque, entretanto, foi efetuada a fusão dos vários sistemas multimunicipais da zona Norte do País, com a criação da sociedade "Águas do Norte, S.A." e as tarifas que passaram a ser cobradas ao Municípios, incluindo o de Tarouca, baixaram para valores próximos do reivindicado FETA.

No mês de outubro findo, a sociedade "Águas do Norte, S.A." interpôs uma ação judicial para cobrança dos mencionados valores, que havíamos devolvido, à qual foi posto termo com o reconhecimento da dívida, a pagar nos termos de um acordo de pagamentos.

A dívida à sociedade "Águas do Norte, S.A.", e que foi reconhecida, é de € 311 401,85.

Nos termos do nº1 do artigo 47º da Lei nº 7-A/2016, de 30.03, " as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou de resíduos urbanos ou de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 90/2009, de 9 de abril, devem apresentar aquelas entidades, no prazo de 60 dias, um plano para a sua regularização com vista à celebração de um acordo de pagamentos que não exceda um prazo superior a cinco anos."



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, a assunção de encargos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.

Assim, **PROPONHO** a V.Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, para celebrar com a sociedade "Águas do Norte, S.A." um acordo de pagamentos da dívida proveniente do serviço de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, até ao montante de **€ 311 401,85**, acrescido dos juros vincendos, e a consequente repartição de encargos pelos anos de **2017 a 2020**, nos seguintes termos:

* 2017: € 62 280,37

* 2018: € 62 280,37

* 2019: € 62 280,37

* 2017: € 62,280,37

* 2020: € 62.280,37

Ao montante indicado em cada ano, crescem juros até ao montante máximo de € 17 290.

Paços do Município, 28 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02, a celebração com a sociedade "Águas do Norte, S.A." de um acordo de pagamentos da dívida proveniente do serviço de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, até ao montante de € 311 401,85, acrescido dos juros vincendos, e a consequente repartição de encargos pelos anos de 2017 a 2020, nos seguintes termos:

* 2017: € 62 280,37

* 2018: € 62 280,37

* 2019: € 62 280,37

* 2017: € 62,280,37

* 2020: € 62 280,37

Ao montante indicado em cada ano, crescem juros até ao montante máximo de € 17 290.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO REPORTADA A 25.11.2016

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de vinte e dois de setembro corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de

28.11.2015, reportada a 25.11.2016, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve, e será arquivada sob o número vinte e sete, no maço de documentos número um do livro de atas número onze:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REPORTADA A 25.11.2016

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 28.11.2015, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o corrente ano, junto se anexa a respetiva lista, reportada a 25.11.2016.

Paços do Município, 25.11.2016

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi apreciada e tomado conhecimento da presente informação.

PONTO 10 - DESIGNAÇÃO DE 4 PESSOAS DE ENTRE CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAREM A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DE TAROUCA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que em reunião da Comissão Permanente de 25 de novembro de 2016 foi analisado o assunto, tendo-se entendido que se deverão manter os elementos anteriormente designados para integrarem a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca: Adriano Filipe Assis; Ilda Maria Teixeira Oliveira Silva; e José Manuel Andrade de Oliveira e propor o nome de Ricardo Jorge Rebelo Fonseca, para substituir o elemento Isabel Maria Seiceira da Costa Proença, uma vez que, de acordo com o ofício remetido pela CPCJ de Tarouca, já completou os nove anos permitidos por lei ao serviço daquela causa e por isso não poderá ser designada novamente.

Informou ainda que, posteriormente, o membro Ilda Maria Teixeira Oliveira Silva, por email datado de 6 de dezembro de 2016, comunicou que não pretende ver renovado o seu mandato na referida Comissão, mas que continuará atenta a todas as situações que surgirem. Por isso, reuniu com os elementos da Comissão Permanente, tendo sido sugerido o nome da cidadã Anabela Sousa Campos Santos Carvalho, para a sua substituição. Assim, foi apresentada a seguinte lista, que foi denominada de Lista A, para ser colocada à votação do plenário:

- Adriano Filipe Assis;
- José Manuel Andrade de Oliveira;
- Ricardo Jorge Rebelo Fonseca;
- Anabela Sousa Campos Santos Carvalho.



2016.12.10

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Não tendo havido intervenções, procedeu-se de imediato à eleição, por escrutínio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação: dezassete votos a favor da Lista A.

Foram assim designadas as seguintes pessoas para integrarem a CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Tarouca:

- Adriano Filipe Assis;
- José Manuel Andrade de Oliveira;
- Ricardo Jorge Rebelo Fonseca;
- Anabela Sousa Campos Santos Carvalho.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a todos os cidadãos que voluntariamente se disponibilizam para fazer este trabalho que é muito nobre para a nossa comunidade, agradecendo a todos os que já foram designados anteriormente e que fizeram um trabalho de altíssima qualidade e aos que foram agora designados.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES (ALÍNEAS B) E C) DO N.º 2 ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12.09).

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respectiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09), a qual será arquivada sob o número vinte e oito, no maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que os presidentes de junta do atual mandato têm sido muito sensíveis e atentos às dificuldades dos seus conterrâneos, bem como têm estado atentos às dificuldades financeiras do Executivo para responder a todos os seus compromissos, e por isso têm-se mantido sempre ao seu lado para ajudar a satisfazer as necessidades dos munícipes. Por isso, não compreende por que razão há pessoas que ainda continuam a pensar em grandes investimentos, quando o que é importante é pensar-se na satisfação das necessidades das pessoas, pois o Concelho atualmente não precisa de grandes obras, mas sim de pessoas.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Disse que faz suas as palavras do anterior membro.

Salientou o Programa Gosto da Minha Terra, que é muito interessante e se insere no lema dar mais vida a Tarouca, uma vez que mexe com as populações locais e com as associações e que deve ter continuidade; valorizou as obras que constam da informação da atividade do Executivo.

Concluiu dando uma palavra de apreço pela iluminação de Natal na cidade, pela atividade do presépio em movimento, pela caminhada de Natal, pelo cinema, entre outras, que nos irão animar durante a época natalícia do corrente ano.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que agradeceu as palavras dos membros intervenientes, porque são estas palavras que os ajudam e incentivam a continuar a desempenhar um bom trabalho.

Concluiu dizendo que a política existe para celebrar amizades, desejando que o Natal traga a todos tudo de bom, com muita saúde e paz.

Procedeu-se de seguida à leitura em voz alta da minuta das deliberações aprovadas nesta sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** salientou o que neste dia aconteceu nesta sessão, parecendo-lhe que todos devem estar orgulhosos, porque estão a marcar um novo tempo, que era impensável acontecer há alguns anos atrás, nomeadamente a realização dos Jogos Florais, que foram propostos e coordenados por um membro da oposição. Por isso, foi um dia que considerou fantástico, assim como tem sido extraordinário lidar com todos os membros deste órgão, tendo a certeza que nunca mais nada vai ser como antes.

Desejou a todos um bom Natal, endereçando um abraço a cada membro da Assembleia e do Executivo, que é um abraço honesto, sincero, leal, mas sempre crítico, como foi sempre a sua postura.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *António Maria Guerra Braga*, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

